

DIFERENCIAÇÃO ESPACIAL DO COMPORTAMENTO DA PRODUÇÃO INTEGRADA

Diesel, V. (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil)

Silveira, P.R. C. da (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil)

Fialho, J.R.D. (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil)

Scheibler, J.L. (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil)

Palma, J. (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil)

Raupp, A (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil)

Introdução : Agroindústria e Desenvolvimento

Na década de 70 vários problemas preocupavam os governantes brasileiros. Dentre eles destacam-se: o crescimento excessivo dos grandes centros urbanos, as desigualdades regionais no desenvolvimento e o êxodo rural. Diagnosticava-se que as desigualdades regionais haveriam de ser eliminadas para contenção do êxodo e, por esta via, seria contido o crescimento das metrópoles. Uma das estratégias mais aceitas para a eliminação das desigualdades regionais seria a criação de pólos de desenvolvimento. A implantação de parques industriais permitiria a criação de pólos com efeito dinamizador em outras atividades econômicas e em regiões contíguas. Assim, a solução para o desenvolvimento econômico das regiões deprimidas implicava, via de regra, uma ou outra forma de industrialização. Em regiões interioranas, de base agrícola, sugeriu-se, assim, o favorecimento do desenvolvimento agro-industrial.

Em decorrência desta argumentação, nos meios políticos observou-se uma posição favorável ao desenvolvimento agro-industrial. Os argumentos utilizados em favor da criação de agroindústrias são sintetizados por Leite (1980, p.200):

A concepção do Programa de Agroindústria do Nordeste fundamenta-se no reconhecimento de que esta atividade pode contribuir, significativamente, para o desenvolvimento regional, no tocante ao aumento da oferta de

empregos, transferência e adaptação de tecnologia para a região, melhoria do equilíbrio entre a indústria e a agricultura, além do incremento da renda regional. Acredita-se também que a agroindústria seja um dos instrumentos mais eficientes para a interiorização do desenvolvimento e para a redução das correntes emigratórias do quadro rural."

Aos poucos, às justificações baseadas em benefícios em prol da região (geração de renda, aumento na oferta de empregos, etc) são agregadas justificações que apresentam os benefícios advindos ao produtor. Consolida-se a idéia de que o desenvolvimento agro-industrial traz benefícios ao produtor rural pois a vinculação a determinada agroindústria processadora (mediante contrato) pode resolver um dos mais graves problemas enfrentados pelo produtor: a colocação (comercialização) da produção.

Nos anos 80 ocorre uma mudança significativa na forma de perceber as conseqüências do desenvolvimento agro-industrial para a região e, especialmente, para o produtor. Os estudos passam a evidenciar que, com a modernização, houve uma modificação estrutural muito significativa na agricultura brasileira. Identificam a formação/ expansão contínua de um parque industrial produtor de insumos para a produção agrícola e outro processador das matérias-primas de origem na agricultura. A agricultura se torna, cada vez mais, uma atividade servida e a serviço do desenvolvimento industrial.

As análises econômicas conduzidas então, evidenciam que as taxas de crescimento deste setor industrial são superiores às da produção agrícola e que a velocidade e taxa de retorno do investimento das indústrias é superior aquela obtida

pelos agricultores. Identificam, ainda, que a conformação estrutural assumida leva a formação de interesses antagônicos. Sorj (1986, p.46) explicita:

As relações entre os produtores agrícolas, as indústrias de processamento e as firmas comercializadoras apresenta uma tensão básica. Quanto menor for o preço pago ao produtor maiores serão os seus lucros e a competitividade no mercado.

No contexto de interesses antagônicos, a apropriação de maior parcela do excedente passa a depender da possibilidade efetiva da parte de impor seus interesses frente às outras partes. A realização dos interesses do produtor é dificultada por tratar-se de uma competição entre desiguais, ou seja, o produtor individual deve confrontar-se com os interesses de grandes empresas, muitas vezes transnacionais. As análises revelam uma tendência ao "assalariamento" do produtor rural, no sentido de que as taxas de remuneração de seu trabalho serão definidas pelos setores a montante e juzante da produção agrícola, conforme seus interesses. Consideram que, por decorrência, em virtude das regras do capitalismo, as indústrias perseguirão as taxas máximas de acumulação, mantendo o produtor dependente e, no nível econômico de reprodução simples. As análises mais específicas observam que podem ocorrer formas diversas de relação entre o produtor e a agroindústria:

"... a indústria pode ter nos produtos utilizados como matéria-prima um dos seus campos diretos de inversão, ter relações mais complexas de semi-integração por intermedio de contratos de fornecimento de insumos e

compra dos produtos sem chegar realmente a revolucionar os processos de produção agrícola." (Sorj, 1986, p.45)

Nos processos de semi-integração, a posição subordinada e dependente do produtor ficaria particularmente evidente:

"Por empresas semi-integradas entendemos aquelas onde a produção agropecuária, se bem realizada por produtores em estabelecimentos próprios, está **totalmente controlada pela agroindústria**. Utilizando mecanismos financeiros e controle técnico da produção, ela contrata a compra da produção, geralmente a preços fixados com antecedência. Este tem sido o padrão característico na expansão de parte importante da indústria avícola e suína. Os grandes estabelecimentos de abate e processamento entregam as rações e os animais recém-nascidos para serem criados por pequenos produtores. Situação parecida se dá com os produtores de fumo. **Trata-se de uma situação que relembra os trabalhadores a domicílio nos primórdios da Revolução Industrial.**" (Sorj, 1986, p.50)¹

Os estudos de casos, conduzidos na década de 80, reforçam esta percepção. Ao analisar a situação do produtor integrado na Codevasf, Sorj (1986, p.50-51) coloca: "O produto é geralmente vendido a baixo preço para as grandes empresas de processamento e a renda obtida pelos pequenos produtores muitas vezes não é suficiente para pagar o empréstimo, levando-o a um maior endividamento." O autor

¹ grifo acrescentado

(1986, p.51) observa ainda: "Nas formas de semi-integração, pela grande dependência do produtor que trabalha com contrato prefixado com a indústria, as formas de solidariedade horizontal são minadas pela forte dependência vertical do produtor com a agroindústria."

Nos anos 90 criam-se condições para que as relações entre a produção familiar e a agroindústria sejam observadas sob nova ótica. Sinteticamente, o esgotamento do modelo de desenvolvimento econômico pela via da substituição de importações e do modelo intervencionista de Estado levam à idealização de um "desenvolvimento orientado para fora", centrado na parceria entre instituições públicas e privadas. Neste novo modelo, situado numa conjuntura de abertura de mercados, busca-se o aumento e qualificação das exportações pela inserção competitiva no mercado internacional.

Com referência aos produtos de origem agrícola, há um claro reconhecimento do esgotamento do modelo de exportação de "commodities" (Schwarzer, 1993). Busca-se incrementar a exportação de produtos com mercado em expansão e de alto valor agregado que implicam, portanto, prévio processamento industrial. Assim, as agroindústrias passam a ocupar um papel essencial na dinamização de cadeias produtivas.

Neste contexto, preconiza-se que os governos exerçam um papel importante no fortalecimento da competitividade dos complexos agro-industriais. Cresce, então, uma preocupação em precisar uma avaliação dos diferentes complexos agro-industriais significativos para a economia brasileira, distinguindo os fatores limitantes de sua competitividade.

Wilkinson (1996) discerne que a competitividade é fruto de uma atuação ótima em três âmbitos: internos (empresariais), estruturais e os sistêmicos. O autor traça um

cenário futuro de mercados segmentados, dinâmicos e exigentes. Consolida-se a idéia de que para ser competitivo em um mercado com estas características é necessária uma grande flexibilidade da cadeia produtiva para responder rapidamente e, com eficiência, as sinalizações do mercado. Tal flexibilidade tem como requisito a comunicação e articulação perfeita dos elos da cadeia produtiva. Neste contexto, as relações de integração contratual agricultura - indústria processadora podem ser vistas como potencialmente facilitadoras deste fluxo de comunicação e flexibilidade produtiva. As maiores exigências em termos da qualidade do produto também contribuiriam para reforçar as vinculações entre produtores e agroindústrias. Dirven (1998, p.11) coloca :

"O leque de agentes que empregam mecanismos de coordenação vertical com agricultores tende a expandir-se e a frequência do seu uso a aumentar à medida que aumentam as exigências da legislação e dos consumidores com respeito ao rótulo, à aparência e à qualidade dos produtos e dos seus ingredientes e à medida que se diferenciam os produtos mediante marcas, volumes e qualidades."

Assim, a literatura tende a estabelecer uma articulação lógica entre uma cadeia de pré-requisitos: desenvolvimento nacional depende exportações que dependem do desenvolvimento agro-industrial que depende de uma adequada vinculação agricultor-agroindústria processadora. O desenvolvimento do país depende, então, da realização de uma adequada vinculação entre produtor-agroindústria.

Por outro lado, coloca-se que esta integração é um requisito para a sobrevivência do produtor familiar (especialmente os mais pobres). CEPAL (1998,p.12) argumenta:

(...) los cambios acontecidos en el entorno internacional, así como en las reglas de juego de las economías de la región, han hecho del aumento sostenido de la competitividad y de la incorporación constante de progreso técnico factores indispensables no solo para el crecimiento; sino para la propia viabilidad de las unidades productivas más pequeñas, que corren el peligro de desaparecer si no se adopta una política que les facilite el camino hacia la innovación tecnológica."

Neste contexto, reivindica-se que o Estado exerça um papel ativo no favorecimento do processo de desenvolvimento regional, fomentando o estabelecimento de agroindústrias ou incentivando a vinculação dos produtores familiares com as agroindústrias:

"Os governos - juntamente com as associações de produtores e outras organizações não governamentais - têm um novo e importante papel, que é jogar como facilitador de acordos de coordenação vertical, primordialmente orientado em direção à remoção das imperfeições de mercado e à redução dos custos de transação."(Dirven, 1998, p.11)

Tendo em vista a importância que o tema tem assumido nas estratégias nacionais e regionais de desenvolvimento, realizaram-se diversos estudos para precisar os fatores que predispõem para o sucesso da relação de integração. Quanto aos fatores predisponentes ao sucesso da relação de integração contratual mencionam-se as características do setor e, sobretudo, do produto. A localização da produção da matéria-prima em relação ao parque industrial não tem merecido relevância enquanto

condicionante do performance da relação de integração contratual. Dirven (1998) aponta a tendência ao acréscimo dos custos de transação para viabilizar a integração de pequenos produtores dispersos situados em áreas longínquas. Schejtman et al. (1998) define como custos de transação aqueles custos adicionais em que incorre um agente para assegurar que sua aquisição corresponda em maior medida às suas necessidades ou expectativas).

A consideração das especificidades da integração contratual, que implica custos de transação distintos em diferentes localizações, leva a supor que, sob a ótica da agroindústria processadora, a produção em algumas áreas é mais desejável que em outras. Ao mesmo tempo que há interesse em concentrar a produção (tendo em vista os custos de transação), há interesse em expandi-la para assegurar o abastecimento (evitando consequências perversas de condições climáticas adversas e mobilizações sociais reivindicatórias localizadas). Pode-se supor, entretanto, maior dificuldade de viabilizar as condições ideais para produção integrada em áreas longínquas, o que poderia repercutir na maior efemeridade dos contratos. Por outro lado, o mercado para os produtos industrializados pode ser vulnerável à grandes oscilações, implicando requerimentos ora de incentivo, ora de restrição à produção. Qual a repercussão destas reorientações nas diferentes zonas produtoras ?

Agricultor E Agroindústria Fumageira No Rio Grande Do Sul

O cultivo do fumo é uma prática tradicional dos agricultores gaúchos. Pesavento (1983, p.192) afirma:

“ O fumo foi uma das primeiras culturas agrícolas com finalidade comercial a se desenvolver no Rio Grande. As primeiras experiências, realizadas no Vale do

Taquari e na Feitoria Real do Linho-Cânhamo, em São Leopoldo, datam do tempo do governador Paulo Gama, que dirigiu a capitania de 1803 a 1809. Por esta época, foi tentada a adaptação do fumo Virginia e, em 1804 e 1805, foram feitas as primeiras exportações de fumo em folha do Rio Grande para a Europa, em busca de mercado.”

Os dados históricos apontam para uma ampla dispersão do cultivo no espaço geográfico do Estado e, posteriormente, para uma tendência à concentração da produção na região de Santa Cruz do Sul em virtude da existência de incentivos especiais. A história da produção de fumo no Rio Grande do Sul é revolucionada pelo estabelecimento de empresas multinacionais já nas primeiras décadas do século XX:

“(…) a British Tobacco principiou, nos anos 20, a impor um padrão técnico de beneficiamento para as demais empresas e uma orientação para a agricultura do fumo na direção preferencial de determinadas espécies. Os chamados “fumos de estufa” seriam os preferencialmente aceitos para a indústria de cigarros.” (Pesavento, 1983, p.208)

Os requerimentos em termos da qualidade da matéria prima teriam aproximado a agroindústria ao produtor:

“Com relação à British Tobacco, a empresa buscou controlar o processo produtivo, não apenas através da já citada introdução de novas técnicas de secagem em fornos e cultivo de espécies selecionadas, mas também pela difusão de conhecimentos sobre o plantio e o preparo do fumo entre os pequenos proprietários rurais. A empresa procurou impor um determinado

padrão de qualidade à produção fumicultora, realizando “adiantamentos” aos colonos para que estes pudessem adquirir fertilizantes fungicidas e outros insumos. Para tanto, técnicos percorriam as lavouras para ministrar conhecimentos. Além destas providências, a companhia buscou providenciar o transporte da matéria-prima até a empresa.” (Pesavento, 1983, p.215)

A aproximação da indústria ao produtor caracteriza a relação de integração contratual, que se consolida com o decorrer do tempo. O questionamento sobre a oportunidade do estabelecimento destas relações para a melhoria das condições de vida do agricultor é enfatizado somente na década de 80, seguindo as tendências da literatura nacional. Sinteticamente, as avaliações sobre os resultados da integração com a indústria fumageira para os agricultores familiares são controversas. Enquanto os defensores da integração ressaltam a alta rentabilidade econômica por unidade de área, aqueles que se opõe à esta integração ressaltam os prejuízos à saúde do agricultor, danos ao meio ambiente, e os riscos associados à dependência econômica de um único cultivo e uma única empresa. Especialmente na região central do estado do Rio Grande do Sul, diversas dissertações de mestrado procuram avaliar os resultados sociais e econômicos da experiência de integração de produtores familiares com agroindústrias processadoras. Costa (1987) , em seu trabalho intitulado "A estufa fumageira: uma fábrica de sonhos para o pequeno produtor" enfatiza o papel ativo da indústria na difusão da cultura e a tendência à subordinação do produtor rural à agroindústria. A partir de um estudo de caso realizado em Três Barras, localidade próxima à Santa Maria (RS) , Costa (1987, p.186) conclui :

"O pequeno produtor fumageiro se encontra administrado, gerenciado e conduzido pelo 'sistema de integração', modelo altamente difundido e preconizado pelas agroindústrias que fazem parte ou se encontram atreladas aos complexos agroindustriais localizados nos grandes centros."

Nos anos 90 os estudos de caso voltam a tematizar o cultivo do fumo, mas tendem a auferir maior ênfase à dimensão ambiental. Mesmo assim, oferecem contribuições mais amplas para reflexão sobre a oportunidade da integração contratual para os produtores familiares. Rodriguez (1996, p.144) ao tratar da rentabilidade econômica do cultivo do fumo por produtores familiares em Restinga Seca, conclui:

"Com relação à renda bruta aproximada verificou-se que a maioria dos produtores pesquisados obtém um salário mínimo por mês. Esta informação pareceu-nos um pouco contraditória com as colocações que sustentam a idéia de rentabilidade da produção de fumo. Segundo depoimentos de técnicos e de alguns produtores entrevistados percebeu-se que, embora o fumicultor não tenha uma renda maior, a 'boa rentabilidade' atribuída à cultura do fumo é expressa no sentido de que, associado a outras atividades diversificadas de subsistência, facilita, tanto a melhora das condições de moradia, quanto a aquisição de aparelhos eletrodomésticos e posse de máquinas e implementos. Mesmo assim, 42,8% dos entrevistados aspiram a uma renda maior (2 salários mínimos mensais)."

De modo geral estes estudos revelam a ambivalência própria às relações de integração: a satisfação com a possibilidade de superar dificuldades inerentes à pequena produção familiar como acesso a crédito, assistência técnica e garantia de comercialização e, por outro lado, a consciência de que a forma de institucionalização destas relações não traduz seus ideais políticos, sociais, morais e econômicos. A literatura tem tendido a tratar esta ambivalência como característica da integração contratual, independentemente da localização espacial da produção em termos de sua distância à indústria processadora. Entretanto, a consideração da questão dos custos de transação e observações empíricas realizadas na região da depressão central (relativamente distante das indústrias processadoras) levam a supor diferenças significativas no performance da integração contratual para produção fumageira em diferentes localizações geográficas. Haveria necessidade, então, de conduzir um estudo comparativo com vistas a identificar diferenças no performance dos contratos nas zonas produtoras do estado do Rio Grande do Sul.

Avaliação da Diferenciação da Produção Fumageira em Regiões no Estado do Rio Grande do Sul

Para estudo da diferenciação espacial da produção integrada de fumo procedeu-se, inicialmente, distinção de zonas conforme volumes de produção e, num segundo momento, conforme comportamento dinâmico (frequência e intensidade de variações anuais significativas).²

² Há de reconhecer-se que as análises pretendidas são dificultadas por inúmeros fatores entre os quais ressalta-se a impossibilidade de fixar um padrão de indicador pela inexistência de séries completas. Ainda, não há como diferenciar a produção de fumo conforme sua destinação ou conforme as relações sociais estabelecidas no processo de produção. Assim, a área plantada analisada pode incluir aquelas em que o fumo em folha tem outra destinação, que não caracteriza-se como "produção integrada" agricultor-agroindústria conforme o referencial adotado.

Selecionaram-se dados sobre área plantada/colhida resultantes dos levantamentos anuais do IBGE referentes a produção agrícola municipal, publicados sob diversos títulos (ver referências bibliográficas), cobrindo o período 1960-1997. O indicador área colhida somente foi adotado quando inexistiam informações sobre área plantada.

Na diferenciação de zonas por níveis de produção adotaram-se os seguintes procedimentos:

- análise dos níveis de produção dos últimos 10 anos da totalidade dos municípios do RS, segundo a divisão político-administrativa vigente em 1995, distinguindo-se: municípios não produtores; municípios com produção máxima inferior a 100 ha; municípios com produção máxima superior a 100 ha e caracterização/diferenciação de estratos no conjunto de municípios com produção superior a 100 ha. Para distinção de estratos, elaboraram-se gráficos da evolução de área plantada/município no período 1960-1997 e, com base nestes gráficos, buscou-se distinguir intervalos característicos de oscilação dos níveis de produção mediante comparação visual.

Para caracterização do comportamento dinâmico recorreu-se à análise das variações no volume de área plantada. A análise do comportamento dinâmico foi realizada para a totalidade dos municípios produtores emancipados até 1985. Na análise são observadas: frequência, intensidade e intervalo das variações significativas. São consideradas variações significativas aquelas iguais ou superiores a 30%. Assim, a frequência representa o número de variações significativas/ ano.

A intensidade de oscilação é dada pelo produto do quociente: diferença entre áreas plantadas por município em anos consecutivos sobre área plantada no primeiro ano considerado. A intensidade de variação é dada pelos valores de intensidade de

variação observados. O intervalo de variação é definido pelos valores máximo e mínimo de intensidade de variação calculados por município.

Com os procedimentos adotados verificou-se que o cultivo de fumo é amplamente difundido no estado do Rio Grande do Sul, não se verificando apenas nas regiões do extremo sul do estado, sudoeste, parte da região noroeste e planalto. Esta distribuição corresponde a exclusão da área tradicionalmente ocupada por latifúndios orientados a produção pecuária e área da "produção familiar modernizada" do Planalto, tradicionalmente orientada a produção de trigo-soja. No restante das regiões, o fumo tende a aparecer em um momento ou outro da história econômica dos municípios.

O grupo constituído por município que, nos últimos 10 anos, tem área plantada igual ou inferior a 100 ha é bastante numeroso e está concentrado na região nordeste (região dos campos de cima da serra) em parte da colônia italiana próxima aos municípios de Garibaldi e Bento Gonçalves e, sobretudo, na região intermediária entre o planalto e o extremo norte do estado do Rio Grande do Sul. O grupo de municípios com produção superior a 100 concentra-se na região central, irradiando-se em direção norte-oeste e, especialmente, sul.

Embora amplamente distribuído geograficamente, a área cultivada por município é muito variável no tempo. A análise da evolução histórica da área plantada/colhida por município revela que não se observa uma regularidade no período examinado (1960-1997). Tal comportamento seria compreensível considerando-se a importância das decisões individuais dos agricultores na gestão de seus recursos produtivos, a qual responde as variações de conjuntura social-econômica.

Os procedimentos adotados permitiram distinguir três níveis segundo o intervalo de área plantada: nível alto: onde a área plantada transita de um mínimo de 1500 ha a um

máximo de 25000 ha; nível médio: onde a área plantada transita de um mínimo de 400 a um máximo de 1500 ha e nível baixo: onde a área plantada oscila de 100 a 400 ha.

A análise dinâmica da produção evidenciou que não existe uma correspondência absoluta entre nível de produção e comportamento em termos de frequência e intensidade de variações significativas. Entretanto, tomando-se como parâmetro a frequência, intensidade e intervalo de variação é possível distinguir três tipos de dinâmicas características:

Tipo a – baixa frequência de variações significativas, baixa intensidade média de variação e baixo intervalo de variação;

Tipo b – média frequência de variações significativas, alta intensidade média das variações e médio intervalo de variação; e

Tipo c – alta frequência de variações significativas, média intensidade das variações e alto intervalo de variação.

Observou-se que municípios com níveis de produção altos podem apresentar comportamento dinâmico do tipo a ou do tipo c. Municípios com níveis de produção médios tendem a apresentar comportamento dinâmico tipo c e municípios com níveis de produção baixos tendem a apresentar comportamento dinâmico do tipo b ou c.

A interpretação destes dados referentes aos níveis de produção e comportamento dinâmico permitem distinguir três zonas:

a) zona preferencial – caracterizada por nível de produção alto, baixa frequência, baixa intensidade média e baixo intervalo das variações significativas;

b) zona periférica – caracterizada por níveis de produção variáveis (alto /médio/baixo), alta frequência e média intensidade e alto intervalo das variações significativas;

c) zona marginal – caracterizada por níveis de produção baixos, média frequência, alta intensidade e médio intervalo das variações significativas.

A análise dos dados relativos à produção dos diversos municípios evidencia que a zona preferencial é restrita geograficamente e situa-se junto as empresas agro-industriais processadoras. A maior parte dos municípios produtores apresenta um comportamento dinâmico próprio ao das zonas periféricas. Poucos municípios apresentam uma dinâmica própria a das zonas marginais, em geral, são municípios onde a produção é muito baixa e, inclusive, nula em certos períodos. Os dados característicos de cada uma das zonas são apresentados em termos numéricos e gráficos a partir da realidade de municípios tomados como exemplo. As características da zona preferencial podem ser observadas na Figura 1 e Tabela 1.

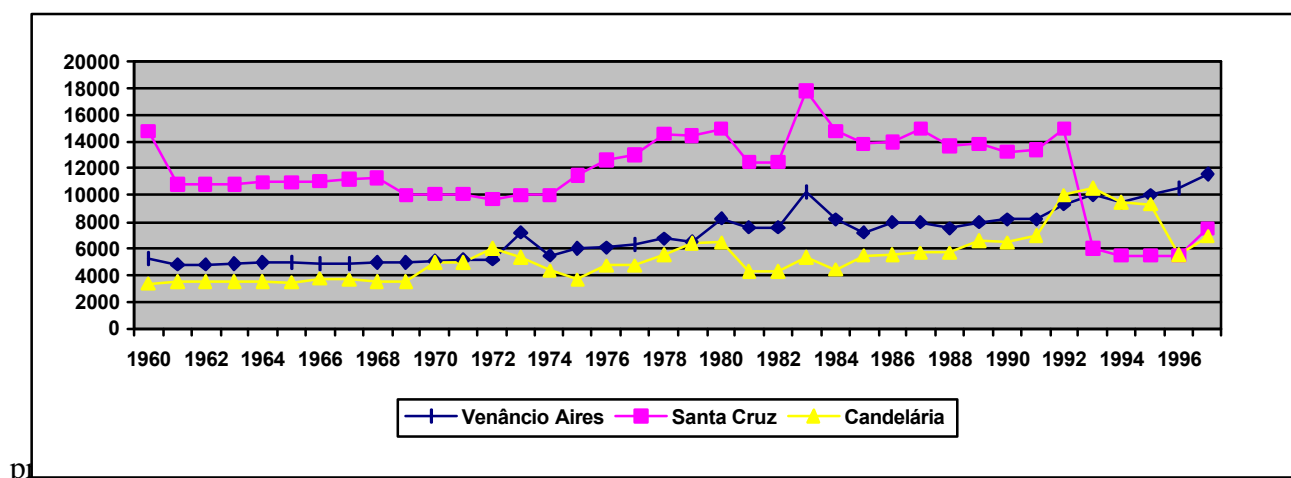


Figura 1: Evolução da área plantada em municípios da zona preferencial

Tabela 1: Dados de volume e variação anual da produção em municípios da zona preferencial

Nome do município	Área plantada mín. (há)	Área plantada máx. (há)	Média de área plantada	Freq. Variação	Intensidade variações	Intervalo variações
Venâncio Aires	4.800	11.550	7.036,44	0,05	(0,34; 0,40)	(0,34; 0,40)
Santa Cruz	5.500	17.841	11.665,68	0,05	(0,36; 0,42)	(0,36; 0,42)
Candelária	3.400	10.500	5.406,02	0,10	(0,33; 0,42; 0,42; 0,39)	(0,33; 0,42)

As características dos municípios da zona periférica podem ser observadas na Figura 2 e Tabela 2.

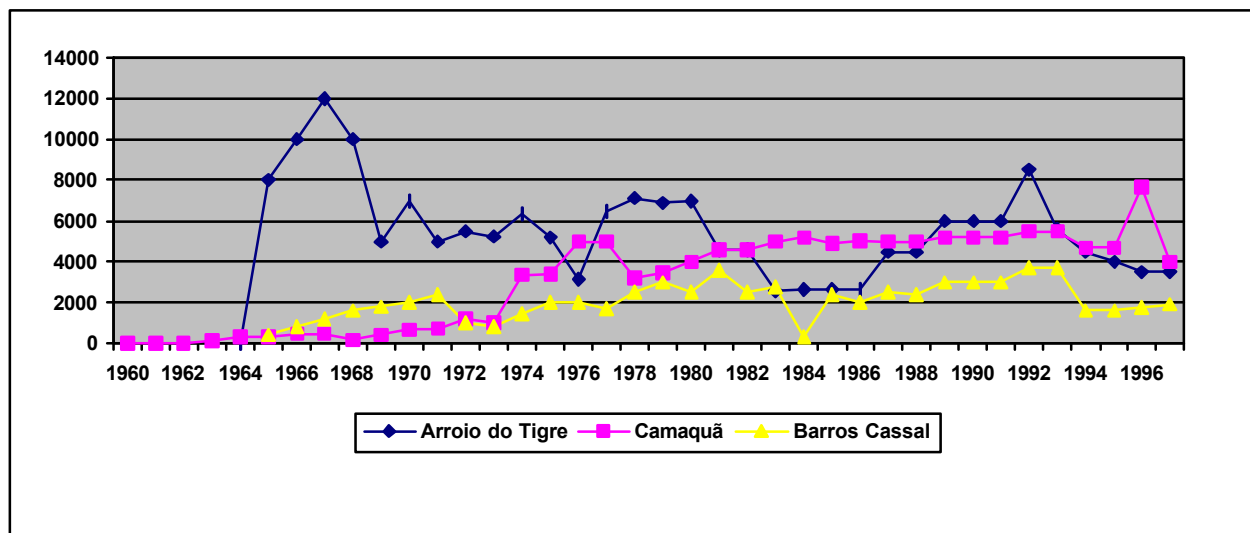


Figura 2 : Evolução da área plantada no período 1960-1997 em municípios da zona periférica

Tabela 2: Dados de volume e variação anual da produção em municípios da zona periférica

Nome do município	Área plantada mín. (há)	Área plantada máx. (há)	Média de área plantada	Freq. Variação	Intensidade variações	Intervalo variações
Sobradinho	3.150	25.000	9.733,34	0,24	0,33; 0,75; 0,6; 0,72; 0,45; 0,38; 1,77; 0,31; 0,3	(0,3; 1,77)
Arroio do Tigre	2.545	12.000	5.638,36	0,27	0,5; 0,4; 0,4; 1,08; 0,34; 0,71; 0,33; 0,42; 0,34	(0,33 - 1,08)
Camaquã	120	5.500	3.332,88	0,31	120; 1,5; 0,47; 0,64; 1,5; 0,62; 0,71; 2,36; 0,46; 0,36; 0,62; 0,47	(0,36 - 120)
Arvorezinha	8	3.200	1.171,37	0,34	2,7; 0,5; 0,86; 0,72; 0,62; 0,73; 0,4; 0,43; 0,39; 0,91; 0,49; 0,57; 0,33	(0,33 - 2,7)
Caiçara	240	1500	603,33	0,37	240; 1,58; 0,61; 1,64; 0,39; 2; 0,65; 0,40; 0,47; 0,33; 0,3	(0,3 - 240)
Ciriaco	9	1760	424,35	0,35	0,33; 9,5; 0,87; 2,65; 2,01; 0,66; 3,36; 1,5; 0,47; 0,49; 0,84	(0,33 - 9,5)

As características dos municípios da zona marginal podem ser observadas na Figura 3 e Tabela 3

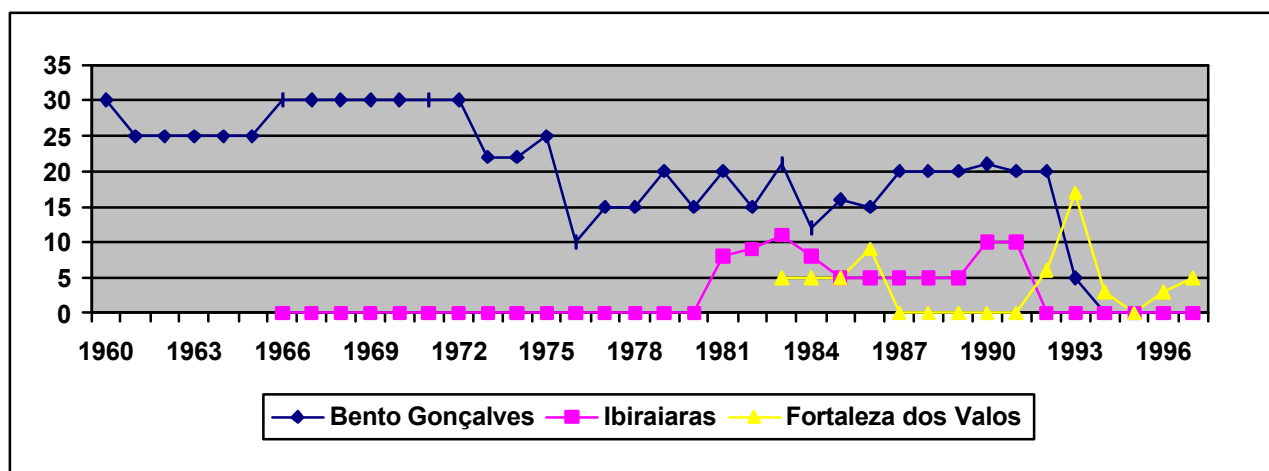


Figura 3: Evolução da área plantada no período 1960-1997 em municípios da zona marginal

Tabela 3: Dados de volume e variação anual da produção em municípios da zona marginal

Nome do município	Área plantada mín.	Área plantada máx.	Média de área plantada	Freq. Variação	Intensidade variações	Intervalo variações
Rondinha	0	125	27,69	0,12	10; 1; 50; 0,4	(0,4 - 50)
Fortaleza dos Valos	0	17	3,86	0,5	0,8; 1; 6; 1,8; 0,82; 1; 3; 0,67	(0,67 - 6)
Giruí	0	80	14,5	0,18	1; 2; 1; 20; 3; 0,37; 0,9	(0,37 - 20)
Ibiraiaras	0	11	2,53	0,13	8; 0,37; 1; 1	(0,37 - 8)

Quanto a variação plurianual na área plantada identifica-se, preliminarmente a ocorrência de um padrão de variação do tipo torre, caracterizado por aumento anual abrupto seguido por estabilização relativa no período variável de anos, seguido de queda na área plantada. A presença deste padrão ocorreria independentemente do nível de produção, especialmente nas zonas periféricas. A constatação da presença deste padrão torna-se relevante para o presente estudo tendo em vista que pode caracterizar a

instabilidade característica da integração contratual nestas zonas. Observe-se, por exemplo, os dados relativos a evolução da produção em Sobradinho (Figura 4) e Torres (Figura 5):

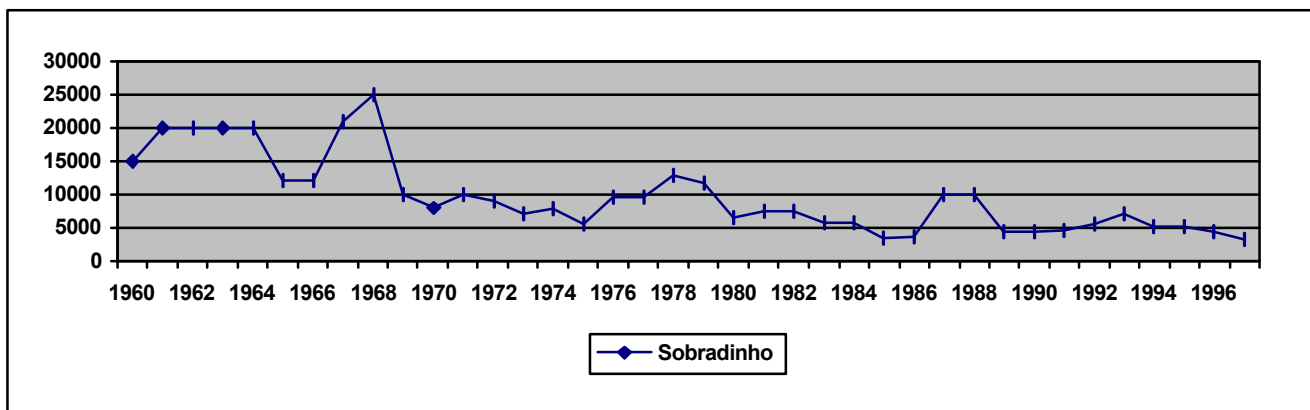


Figura 4: Evolução da área plantada de fumo no município de Sobradinho (RS)

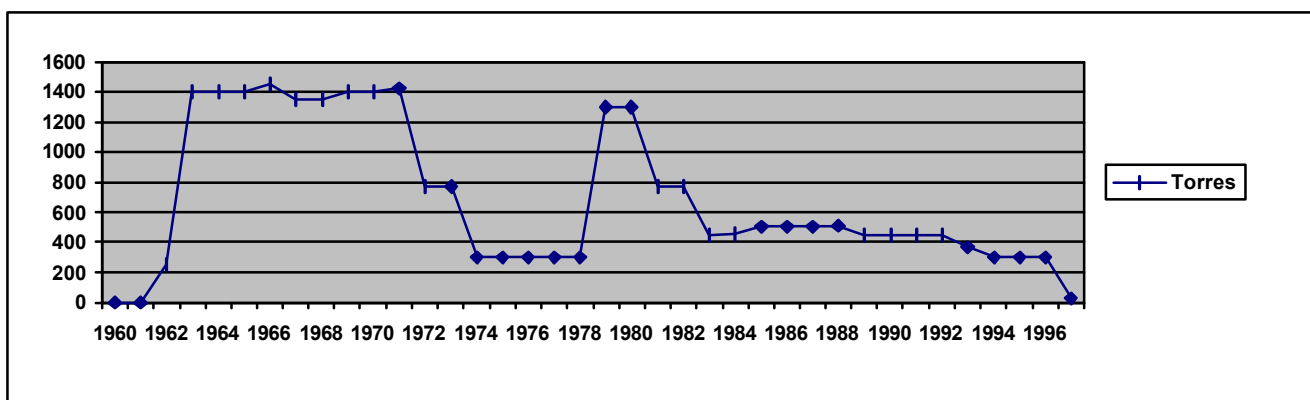


Figura 5: Evolução da área plantada de fumo do município de Torres (RS)

Integração: Uma Alternativa para os Produtores Familiares ?

Os dados expostos na seção anterior permitem observar a existência de uma restrita região onde há relativa estabilidade na área plantada (zona preferencial) e, além dela, predomina a instabilidade. Esta instabilidade observada (dada por variações anuais na área plantada superiores a 30%) pode ser fruto tanto da variação na área plantada por agricultor integrado quanto por incorporação/desvinculação de produtores (neste caso

com modificação no número de produtores integrados/ município). A particularidade do cultivo do fumo (em termos de alta exigência de mão-de-obra) faz com que a área cultivada por família se mantenha entre 1 e 2 ha sendo pouco freqüente o plantio de áreas maiores. Considera-se, assim, que grande parte das variações intensas observadas é devida a alteração no número de produtores engajados na produção integrada.

Tendo em vista as observações anteriores, coloca-se que o cultivo do fumo fora das regiões preferenciais, especialmente nos locais em que se verificam variações mais intensas, tende a ser caracterizado pela oscilação no número de produtores incorporados. Isso repercute como contínua vinculação/ desvinculação de produtores à agroindústria para produção integrada, o que não caracteriza a idealizada estabilidade na relação que, teoricamente, ocorreria se a relação servisse a ambos e, assim, ao desenvolvimento regional.

Do exposto, coloca-se que, nas regiões periféricas, o ocasional engajamento de produtores à agroindústria provavelmente não representará solução para os problemas sócio-econômicos deste segmento. Tal afirmação pode ser interpretada como a inviabilidade de que a integração venha a se constituir numa alternativa para viabilizar a estabilidade sócio-econômica para o segmento de pequenos produtores familiares ?

Compreende-se que a elucidação de tal questão exigiria a identificação da natureza estrutural ou conjuntural dos limites à estabilidade das relações de integração nestas áreas definindo-se, por decorrência, também as possibilidades de uma ação institucional do poder público no sentido de aperfeiçoar a relação de integração.

Por fim, os dados observados alertam para outra particularidade relevante. Trata-se da alta freqüência de variações significativas verificadas em algumas localidades. Considera-se que tal fato remete para a realidade de desestruturação econômica da

produção familiar nestas localidades. Neste sentido ressalta-se, como exemplo, a dinâmica observada na região norte-noroeste do Estado (englobando Santo Cristo, Tuparendi, Boa Vista do Burica, etc). Nestes municípios a área plantada de fumo é decrescente desde o início da década de 70, chegando a nula no final da década de 70 e cresce novamente a partir dos anos de 1985-1986. Coincide, assim, com o ciclo da soja: quando a soja difunde-se no RS, retrai-se o cultivo do fumo, quando a soja entra em crise, o cultivo do fumo passa a constituir-se em alternativa para os produtores. Assim, o fumo parece avançar mais em momentos de crise e, sobre regiões pobres.(Brose, 1999)

Booth (1992) e, especialmente de Norman Long em diversos trabalhos, tem evidenciado como a adoção de referenciais teóricos macro-sociais levou os pesquisadores a desconsiderar diferenças que podem ter grandes significados quando o objetivo da pesquisa é dar subsídios para políticas de desenvolvimento. Neste sentido, os autores reconhecem a tendência recente de auferir maior importância à investigação da diferença. Entende-se que o presente estudo representa mais um passo no sentido de observar a diferença no performance das relações de integração contratual. Busca oferecer subsídios para julgar a plausibilidade da questão colocada inicialmente: da diferenciação do performance da produção integrada de fumo nas diversas zonas produtoras do RS. Com base nas análises procedidas até o momento evidencia-se que o tema merece atenção pois há fortes evidências que apontam no sentido da possibilidade desta diferenciação.

Referências Bibliográficas

- BOOTH, D. Social Development Research: An Agenda for the 1990s. *European Journal of Development Research*, v.4, n.1, p.1-39, jun. 1992.
- BROSE, M. *Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.
- CEPAL/GTZ/FAO. *Agroindustria y pequeña agricultura: vínculos, potencialidades y oportunidades comerciales*. Santiago: ONU, 1998.
- COSTA, F. M. da *A estufa fumageira: Uma fábrica de sonhos para o pequeno produtor*. Santa Maria: UFSM/ CPGExR, 1987. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural - UFSM)
- DIRVEN, M. As relações de coordenação vertical entre produtores agrícolas e agroindústrias - baseado em sessenta casos estudados na América Latina. *Revista de Política Agrícola*, v.7, n.4, p.11- 18, out./dez. 1998.
- GRANDO, M.Z. *Agropecuária do RS 1980-1995: caminho da eficiência ?* Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emmanuel Heuser, 1997.
- LAMARCHE, H. (Coord) *A Agricultura Familiar*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998. V II: Do mito à realidade.
- LAUSCHNER, R. Agroindustria como fator de fortalecimento do setor agrícola. *Economia Rural*, Brasília, v. 18, p.217-233, 1980. (número especial)
- PESAVENTO, S. J. *RS: agropecuária colonial e industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. (Série Documenta, 17)

- PINHEIRO, A. M. *Sistema de integração fumageira em Mata - RS: da estufa ao galpão*. Santa Maria: UFSM/ CPGExR, 1992. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural)
- RIFFEL, C. M.; SOUZA, M. S. de; SOUZA, R. M. de; VELLA, H. ^a G.; VALDES, J. J. G. Possibilidades e alternativas à cultura do fumo. *Extensão Rural*, Santa Maria, v.5, p.89-100, já./dez. 1998.
- RODRIGUEZ, A. S. *A Fumicultura e a questão ambiental: o perfil do fumicultor em Restinga Seca*, RS. Santa Maria: UFSM/CPGExR, 1996. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural - UFSM).
- ,SCHEJTMAN, A ; DIRVEN, M.; MORALES, C. Agroindustria y pequeña agricultura: experiencias y opciones de transformacion. In: CEPAL/GTZ/FAO. *Agroindustria y pequeña agricultura: vinculos, potencialidades y oportunidades comerciales*. Santiago: ONU, 1998.
- SCHWARZER, , H. CEPAL: *A teoria classica e a proposta de transformação produtiva com equidade*. Curitiba: UFPR, 1993. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico)
- SORJ, W. *Estado e Classes Sociais na Agricultura brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- WILKINSON, J. Competitividade da agroindustria brasileira. *Agricultura em São Paulo*, v. 42, n.1, p.27-56, 1995.

Fontes dos dados estatísticos utilizados

Governo do Estado do RS. Sec. Da Economia. DEE. 11 Anuário da Produção Agropecuária. Porto Alegre: Gonzales Silva & Cia Ltda, 1962.

____. Anuário da Produção Agropecuária .Porto Alegre: DEE. Referente aos anos 1961, 1962,1963, 1964,1965).

____. Produção Agrícola: área, produção e valor segundo as zonas fisiográficas e municípios do estado. Porto Alegre: SEAP.

____. Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: DEE (referente aos anos de 1967, 1968, 1969, 1970, 1971, 1972)

IBGE. Levantamento da Produção Agrocola Municipal. (referente aos anos 1973-1990)

FEE. Anuário Estatístico do RS. Porto Alegre: FEE. (versão em cd, referente aos anos 1991-1995)

IBGE. Produção Agrícola Municipal. Rio Grande do Sul. (referente aos anos de 1996, 1997).